

[3](#) R\$ 23,40 -2,42%[PETR4](#) R\$ 27,82 +3,27%[VALE3](#) R\$ 85,00 +2,78%[ITUB4](#) R\$ 31,55 +3,31%[ABEV3](#) R\$ 15,69 +2,82%[GGBR4](#) R\$ 2[INVISTA AGORA](#)

Política monetária

Com Selic mantida em 2% e pressão inflacionária, busca por maior risco deve continuar em 2021

Especialistas consultados pelo InfoMoney recomendam ativos de crédito privado, fundos imobiliários, ações e investimentos alternativos

Por [Mariana Zonta d'Ávila](#)

9 dez 2020 18h39





SÃO PAULO – Conforme amplamente esperado pelos investidores, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, manteve a taxa Selic inalterada em 2% ao ano nesta quarta-feira (10), na última reunião do colegiado no ano.

E após nove cortes consecutivos, que levaram a taxa básica de juros para o menor patamar histórico, o mercado agora [já precifica](#) o início de um ciclo de alta dos juros a partir de 2021, diante de uma crescente pressão inflacionária.

Em novembro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou [alta de 0,89%](#) na comparação mensal, no maior resultado para o mês desde 2015.

PUBLICIDADE

No ano, a inflação já chega a 3,13% e, pelas [projeções](#) do relatório Focus, o índice deve encerrar 2020 com uma alta de 4,21%, acima do centro da meta, de 4% (com margem de 1,5%, para mais ou para menos).

Ou seja, diante de um cenário que já era desafiador para a alocação, com juros baixos, avanço do coronavírus e risco fiscal, o investidor tem agora ainda mais um desafio na hora de investir, para evitar que a alta dos preços corra os ganhos do portfólio.

Por conta disso, gestoras como a SPX têm carregado posições compradas (que apostam na alta) em inflação implícita.

A avaliação é de que a trajetória de alta nos preços deve fazer com que a autoridade monetária altere o seu cenário-base e eleve os juros “significativamente”, escreveu a gestora de Rogério Xavier, em [carta aos cotistas](#).

Com a preocupação dos investidores em alta, os contratos de DI futuro embutiam, em 7 de dezembro, a Selic em torno de 3%, em 2021, chegando a 6%, em 2022, segundo cálculos da XP Investimentos.

Guilherme Anversa, sócio e gestor da XP Advisory, diz ver os títulos públicos atrelados à inflação como uma boa alternativa para diversificar e proteger o portfólio da alta do IPCA, em especial os papéis com prazo em 2035. “Os mais longos embutem o risco fiscal, e os mais curtos não pagam taxas tão atrativas.”

PUBLICIDADE

Nesta quarta-feira (9), o Tesouro IPCA+2035 disponível para compra no Tesouro Direto pagava uma taxa real, isto é, acima da inflação, de 3,81% ao ano.

Confira a seguir as principais alternativas de investimento recomendadas por profissionais do mercado frente ao cenário aguardado à frente de alta da inflação com juros baixos, e permeado pelas incertezas econômicas e políticas.

Crédito Privado

Para o investidor que está disposto a aumentar o risco da carteira para ampliar os prêmios na renda fixa, os especialistas consultados pelo **InfoMoney** dizem ver oportunidades no mercado de crédito privado.

É o caso, por exemplo, das debêntures de infraestrutura que, além da isenção de Imposto de Renda para a pessoa física, oferecem proteção contra a alta dos preços, quando indexadas ao IPCA, com prêmios interessantes na casa dos 4%, avalia Renan Rego, sócio da gestora de patrimônio G5 Partners.

Na casa, a preferência recai sobre aquelas de vencimentos mais curtos, como 2024 e 2025, dada a preocupação com o risco fiscal no país. Papéis com prazos mais esticados, como 2028 e 2030 podem fazer sentido, desde que ofereçam prêmios maiores, com prêmio acima de 200 pontos-base em relação ao título público de mesmo prazo, diz.

Já o sócio do escritório SVN Investimentos, Rodrigo Zauner, diz gostar das debêntures de energia elétrica, pela maior resiliência e previsibilidade da receita.

Ele cita como exemplo os títulos emitidos pela Taesa, com rating “AAA”, e prêmio de 4,1%, além do IPCA. O prazo, contudo, é em 2045.

Há ainda papéis mais curtos, como os das elétricas EDP Transmissão e Eneva, ambos “AAA”, com prazos em 2039 e 2035, respectivamente, que pagam inflação mais 4%.

PUBLICIDADE

Zauner destaca, contudo, que é preciso avaliar o perfil de risco do investidor e lembrar que a debênture é um ativo menos líquido, com risco de crédito da empresa, e sem garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

A avaliação é compartilhada por Anversa, que alerta que o produto não deve ser utilizado como reserva de emergência e tampouco para resgate em momentos de estresse, quando a liquidez dos mercados diminui.

Dito isso, o investidor deve buscar fundos de crédito privado com liquidez mais longa, a partir de D+60, diz. “É um prazo mais condizente para o investidor que quer ter posição de longo prazo.”

Fundos imobiliários

Um dos produtos que mais vem ganhando participação na carteira dos investidores em meio ao cenário de juros baixos, os fundos imobiliários também contribuem para a diversificação da carteira e oferecem proteção em um cenário de alta dos preços, uma vez que os contratos de locação são indexados a índices de inflação, como IPCA ou IGP-M.

“O desafio para o segmento é que é preciso ser bem seletivo. Tem o trabalho de avaliar o setor do FII, quais os ativos que estão por trás do fundo, então demanda uma análise caso a caso”, afirma Anversa, da XP.

Um dos setores preferidos do alocador é o de galpões logísticos, dado o espaço para o desenvolvimento da infraestrutura no país e para o avanço do e-commerce.

No caso dos fundos de lajes corporativas, Anversa afirma que é possível encontrar bons investimentos, mas, dada a tendência de *home office*, o investidor precisa pesar a localização dos empreendimentos no portfólio e a gestão por trás do fundo antes de efetivar o aporte.

Zauner, da SVN, recomenda evitar fundos monoativos (com um único imóvel na carteira) e monolocatários (com um único locatário), por conta da grande concentração e, conseqüentemente, maior risco.

PUBLICIDADE

Segundo o especialista, é possível encontrar fundos imobiliários com carteira diversificada e *dividend yield* (proporção do dividendo pago em relação ao valor do ativo) da ordem de 7%.

Ações

Apesar da forte recuperação dos mercados nos últimos meses, com o Ibovespa tendo retomado recentemente os patamares pré-pandemia, Rego, da G5, entende que a entrada de recursos estrangeiros, que começou a ganhar força, pode ser importante vetor de valorização da Bolsa brasileira em 2021.

A grande questão, contudo, recai sobre a reforma tributária e demais questões de âmbito fiscal, diz. “É preciso uma sinalização para a Bolsa andar, o juro fechar e termos uma segunda onda de apreciação dos ativos.”

Segundo Rego, ao invés da seleção a dedo de papéis para compor o portfólio, o investidor deve buscar a alocação em bons gestores, com histórico de gestão.

A avaliação é compartilhada pelo gestor da XP Advisory. Para o investidor mais conservador, que ainda não tem posição em Bolsa na carteira, uma boa opção, na avaliação de Anversa, são os fundos “*long biased*”, dado que são produtos que permitem uma volatilidade menor que a média da Bolsa.

E para aquele investidor já um pouco mais versado, mas que não tem tempo para escolher e estudar as empresas com profundidade, o especialista entende que os fundos de ações “*long only*” são uma alternativa melhor, pois costumam entregar um retorno mais destacado, ainda que com mais

volatilidade. “O investidor consegue pegar melhor as movimentações da Bolsa e da gestão profissional”, argumenta.

Já o investidor com tempo para se dedicar ao estudo dos investimentos pode destinar um pedaço da carteira para selecionar boas empresas e montar seu portfólio próprio, diz Anversa.

Mercado Internacional

Diante das incertezas quanto ao avanço da agenda de reformas no Brasil, o especialista da XP tem expandido a exposição global na carteira dos clientes. No perfil moderado, diz, o percentual saiu de 5% para 10%.

Além da posição em companhias de tecnologia e de saúde nos Estados Unidos, o alocador conta que começou a partir deste mês a complementar os portfólios com posições em China, em setores ligados ao consumo e ao crescimento econômico na região.

“O investidor brasileiro ainda é muito concentrado em Brasil; é preciso ampliar a diversificação entre regiões e países dentro do portfólio”, diz.

Anversa explica que hoje o investidor pessoa física já consegue investir no mercado internacional seja via fundos passivos, além de fundos de gestão ativa com posição em Ásia, por exemplo.

Investimentos Alternativos

Tendo em vista o juro real próximo de zero e a alta recente da Bolsa, a grande oportunidade hoje, segundo Rego, da G5, recai sobre os investimentos estruturados, como fundos de *private equity*, *venture capital* e crédito estruturado.

Ainda que muitos produtos sejam voltados para investidores qualificados e profissionais, com patrimônio investido a partir de R\$ 1 milhão e R\$ 10 milhões, respectivamente, Rego afirma que cada vez mais produtos têm sido lançados para todo tipo de investidor.

Rego alerta, contudo, que são produtos ilíquidos que devem ter um percentual pequeno na carteira.

“Nesses produtos, o investidor troca a liquidez por uma condição especial de negociação, seja um *yield* maior de crédito estruturado, opcionalidade de *equity*, entre outros. Por isso é preciso conhecer o perfil do investidor para adequar o percentual alocado ao risco que ele está disposto a tomar”, diz.

Treinamento gratuito: [André Moraes mostra como identificar operações com potencial de rentabilidade na Bolsa em série de 3 lives – assista!](#)

